

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SEMESTRES FINDOS EM JUNHO DE 2005 e 2004

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco do Estado do Piauí S.A. – BEP é uma instituição financeira múltipla, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, de capital aberto. Em 1º de março de 2000, o BEP teve o seu controle acionário transferido à União, com fundamento na então Medida Provisória no. 1.983-47, de 10 de fevereiro de 2000, e em cumprimento ao contrato de financiamento firmado entre a União e o Governo do Estado do Piauí, em 26 de fevereiro de 1999, aprovado pelo Senado Federal por meio da Resolução nº 17, de 11 de junho de 1999.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com a legislação societária brasileira, e de acordo com as instruções do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, levando-se em consideração, quando aplicáveis, as disposições da legislação tributária.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:

3.1. Apuração de Resultados

A apuração é procedida de acordo com o regime contábil de competência, destacando-se os seguintes procedimentos:

- os rendimentos, encargos e variações monetárias incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e de longo prazo são apropriados “pro-rata-die”;
- as férias vencidas e proporcionais, inclusive o adicional de 1/3 (um terço) previsto pela Constituição, e os respectivos encargos, são provisionados segundo o regime de competência;
- consideram-se os efeitos de ajustes de ativos e passivos para o valor de mercado ou de realização, quando aplicáveis.

3.2. Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo

- são apresentados pelos valores de realização, deduzidos das respectivas rendas a apropriar e incorporados os rendimentos auferidos;
- a provisão para créditos de liquidação duvidosa está constituída de acordo com a Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do Conselho Monetário Nacional. As provisões, deduzidos os efeitos das reversões, afetaram o resultado em R\$ 134 mil, no semestre.

3.3. Permanente

Demonstrado pelo custo de aquisição atualizado até 31 de dezembro de 1995, observando o seguinte:

- os investimentos estão retificados por provisão para perda;
- os imóveis de uso estão ajustados pelo valor da reavaliação; o imobilizado está retificado pela depreciação calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais:

Móveis e Equipamentos de Uso	10%
Imóveis de Uso – Edificações	4%
Sistema de Comunicação	10%
Sistema de Segurança	10%
Sistema de Transporte	20%
Sistema de processamento de dados	20%

- no diferido os gastos de organização e expansão correspondem basicamente a benfeitorias em imóveis de terceiros, amortizados linearmente com base nos prazos de locação, constituição e reestruturação da sociedade e aquisição e desenvolvimento de logísticas, amortizados linearmente com base nos prazos dos contratos limitados a cinco anos.

3.4. Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

Demonstrados pelos seus valores originais, acrescidos dos encargos e variações monetárias incorridos, deduzidos das despesas a apropriar.

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

DISCRIMINAÇÃO	VALOR CONTÁBIL	VALOR DE MERCADO
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	13.495	13.495
TOTAL	13.495	13.495

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

5.1. Critério de Registro e Qualificação Contábil.

Com a edição da Circular nº 3.068/2001 e da Carta-Circular nº 3026/2002, o Banco Central do Brasil – BACEN estabeleceu novos critérios de avaliação e classificação contábil de títulos e valores mobiliários, visando à marcação pelo valor de mercado e a classificação de acordo com a finalidade que a administração se dispuser a operar com esses títulos e valores, obedecendo a seguinte classificação e avaliação:

a) Títulos para negociação: títulos e valores adquiridos com o propósito de serem ativa e freqüentemente negociados.

- Efeitos da avaliação: ajustados à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria para negociação.

b) Títulos disponíveis para venda: títulos e valores mobiliários que não se enquadrem em títulos para negociação e nem em títulos mantidos até o vencimento.

- Efeitos da avaliação: ajustados à conta destacada do patrimônio líquido, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

c) Títulos mantidos até o vencimento: títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção e capacidade financeira da instituição de mantê-los em carteira até o vencimento.

- Efeitos da Avaliação: devem ser avaliados pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, os quais devem impactar o resultado do período.

5.2. Posicionamento Quanto ao Critério

Considerando que:

- o BEP teve o seu controle acionário transferido do Estado do Piauí para a União, em 1º de março de 2000, no âmbito do Programa de Redução da Presença do Setor Público Estadual na Atividade Financeira Bancária – PROES, para posterior privatização;

- o processo de federalização contemplou a venda de ativos do Banco para o Estado, mediante recebimento de títulos públicos federais – 69.082 LFT-B, posteriormente transformadas em três lotes de LFTs, dos quais o Banco resgatou um lote em setembro de 2003, por ocasião de seu vencimento;

- além desses papéis referidos na alínea “b”, a Instituição possui, em carteira própria, um lote de 14.292 LFTs adquiridos em novembro de 2004, por meio de operações compromissadas realizadas junto ao mercado financeiro, com vencimento para fevereiro de 2006, e 09 Certificados do Tesouro Nacional – CTN, com vencimentos até 31 de outubro de 2005, oriundos da securitização do crédito rural, também sendo realizados nos respectivos vencimentos, não se constituindo papéis de negociação; e

- o fluxo de caixa do BEP tem assegurado capacidade financeira suficiente para manter esses títulos até o vencimento.

A administração do BEP classificou os títulos e valores mobiliários em “Títulos Mantidos até o Vencimento”, sendo que para efeito de cálculo do valor de mercado considera a variação da taxa SELIC e juros mais “spread”, conforme a operação.

5.3. Composição da Carteira

Títulos e Valores Mobiliários	Valor Contábil	Valor de Mercado
Letras Financeiras do Tesouro – Livres	43.577	43.577
LFTs Vinculadas a Operações Compromissadas	41.945	41.945
LFTs Vinculadas ao Banco Central	9.353	9.353
TOTAL DA CARTEIRA DE TÍTULOS	94.875	94.875

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

6.1. Composição da Carteira de Crédito

DISCRIMINAÇÃO	30.06.05	30.06.04
Adiantamento a Depositantes	75	76
Empréstimos	68.114	62.082
Financiamentos	427	1.182
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	30	49
Subtotal de Operações de Crédito	68.646	63.389
Devedores Por Compra de Valores e Bens	92	155
Títulos de Créditos a Receber	643	421
Subtotal de Outras Rubricas com Características de Crédito	735	576
TOTAL DA CARTEIRA DE CRÉDITO	69.381	63.965

6.2. Direcionamento dos Créditos

	R\$ mil
Rural	30
Industrial	427
Comercial	23
Outros Serviços	699
Pessoas Físicas	68.202
TOTAL	69.381

6.3. Composição das Operações por Níveis de Risco

NÍVEL DE RISCO	CRÉDITOS A VENCER	CRÉDITOS VENCIDOS	TOTAL DE CRÉDITOS	PROVISÃO
AA	-	-	-	-
A	67.098	-	67.098	335
B	234	6	240	2
C	530	44	574	17
D	35	11	46	5
E	261	38	299	90
F	169	57	226	113
G	15	8	23	16
H	113	762	875	875
TOTAL	68.455	926	69.381	1.453